

# **A ATUAÇÃO DE AGENTES INFILTRADOS NO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS**

Eduardo Nogueira Júnior

## **Resumo**

Este trabalho acadêmico aborda a complexidade do enfrentamento ao tráfico de drogas no contexto das organizações criminosas, destacando a relevância das operações policiais infiltradas como ferramenta de investigação. Analisa-se a evolução legislativa no Brasil, com ênfase na Lei 12.850/2013, que regulamenta a atuação de agentes infiltrados, definindo critérios como autorização judicial, comprovação de indícios de atividades ilícitas e demonstração da necessidade desse recurso em caráter excepcional. O estudo também explora as garantias e os limites legais oferecidos aos policiais, além de discutir a possibilidade de exclusão de culpabilidade em casos específicos. A pesquisa destaca a importância do uso criterioso e proporcional dessa estratégia, considerando os avanços tecnológicos e a sofisticação das atividades criminosas. Conclui-se que, embora arriscada, a infiltração policial é um meio indispensável para o combate eficaz às organizações criminosas, quando conduzida dentro dos parâmetros éticos e legais que asseguram sua legitimidade.

**Palavras-chaves:** Crime organizado, infiltração policial, Lei 12.850/2013.

## **Introdução**

O combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado é uma das maiores preocupações das autoridades de segurança pública no Brasil, especialmente devido ao impacto desses crimes na sociedade e na ordem pública. O tráfico de drogas, além de representar uma ameaça à saúde pública, está intimamente ligado ao crescimento de organizações criminosas que operam em diversas regiões do país. A complexidade e a sofisticação dessas organizações, muitas vezes transnacionais, exigem estratégias de enfrentamento igualmente complexas e inovadoras. No contexto jurídico, uma das ferramentas mais eficazes no combate a esse tipo de crime é a infiltração policial, uma técnica de investigação que permite que agentes de segurança se integrem às organizações criminosas

para obter informações e provas fundamentais para a desarticulação dessas redes. A Lei nº 12.850/2013, sancionada em 2013, regulamenta a atuação dos agentes infiltrados no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, estabelecendo diretrizes e limites para a prática. Essa legislação representa um avanço importante, mas também levanta questões sobre a efetividade e os desafios jurídicos e operacionais da infiltração. Este estudo tem como objetivo analisar a infiltração policial como um instrumento de combate ao tráfico de drogas, com ênfase nos requisitos legais e nas implicações jurídicas dessa prática. Busca-se compreender como a Lei 12.850/2013 regula a infiltração e quais os seus impactos no processo de investigação criminal. A relevância desta pesquisa está na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a infiltração policial e suas implicações legais, operacionais e sociais, especialmente em um cenário de crescente violência e organização criminosa no Brasil. A análise da Lei 12.850/2013 e de sua aplicação é essencial para entender como o Estado pode utilizar esse mecanismo de forma eficaz, garantindo ao mesmo tempo a observância dos direitos constitucionais e a efetividade das operações policiais.

### **Metodologia**

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar a legislação brasileira e os impactos da infiltração policial no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Para tanto, foram adotados diversos procedimentos de coleta e análise de dados. Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema, utilizando fontes acadêmicas, artigos científicos, livros e publicações especializadas. A pesquisa focou especialmente na Lei nº 12.850/2013, que regulamenta a infiltração policial, além de outros documentos legais e jurisprudências relacionadas. O material coletado possibilitou uma análise detalhada dos requisitos legais para a infiltração, das condições de sua aplicação e das implicações éticas e jurídicas envolvidas. Em seguida, foram analisados casos práticos e estudos de caso de operações realizadas com o uso dessa técnica, a fim de compreender a eficácia e os desafios encontrados no campo. Esse estudo de campo foi essencial para complementar a análise teórica, fornecendo uma visão mais

realista sobre os impactos da infiltração nas investigações de tráfico de drogas.

O procedimento de análise de dados seguiu uma abordagem interpretativa, com a leitura crítica dos textos coletados e a elaboração de um quadro comparativo entre os preceitos legais e a aplicação prática da infiltração no combate ao crime. A pesquisa não exigiu repetições experimentais, uma vez que se concentrou em uma análise documental e teórica dos temas abordados.

## **Resultados**

Os resultados obtidos a partir da pesquisa indicam que a infiltração policial, regulamentada pela Lei nº 12.850/2013, se apresenta como uma ferramenta eficaz no combate ao tráfico de drogas e organizações criminosas no Brasil. A análise dos dados coletados revelou que a implementação dessa medida tem gerado impactos positivos no desmantelamento de redes criminosas, uma vez que possibilita a obtenção de informações diretas e precisas sobre as atividades ilícitas, o que é fundamental para a formação de provas substanciais em investigações.

Entretanto, a análise dos casos práticos também evidenciou desafios significativos. A infiltração de agentes nas organizações criminosas expõe os profissionais envolvidos a riscos elevados, o que exige um controle rigoroso sobre os direitos e a segurança dos infiltrados. Apesar das regulamentações estabelecidas pela Lei nº 12.850/2013, observa-se que ainda existem lacunas jurídicas e operacionais que dificultam a aplicação plena dessa ferramenta em alguns casos. A discussão sobre as limitações legais e as necessidades de aprimoramento da legislação é recorrente na literatura, e nossos resultados também apontam que, em muitas situações, as estratégias atuais não são suficientes para garantir a segurança total dos agentes infiltrados e o sucesso das operações.

Ao comparar os resultados com a evolução das práticas internacionais de combate ao crime organizado, percebe-se que, embora o Brasil tenha avançado em sua legislação, ainda existem diferenças significativas em relação aos métodos usados por outros países no que tange ao controle de infiltração policial e a proteção de direitos fundamentais. Este estudo sugere que a adaptação da legislação brasileira às melhores práticas internacionais

poderia resultar em maior eficiência e segurança nas operações de infiltração.

Portanto, os resultados da pesquisa indicam que a infiltração policial é uma medida imprescindível para a luta contra o tráfico de drogas e a criminalidade organizada, mas que, para ser totalmente eficaz, precisa ser aprimorada tanto em termos de regulamentação quanto na formação e preparo dos agentes responsáveis pelas operações. As conclusões obtidas reforçam a necessidade de um equilíbrio entre eficácia nas investigações e a preservação dos direitos dos envolvidos, de forma que a técnica seja utilizada de maneira ética e segura.

### **Conclusão**

Com base nos resultados apresentados, é possível concluir que a infiltração policial, regulamentada pela Lei nº 12.850/2013, desempenha um papel crucial no combate ao tráfico de drogas e à atuação de organizações criminosas no Brasil. A pesquisa demonstrou que essa medida, embora de uso restrito, tem sido eficaz no desmantelamento de redes criminosas, proporcionando um avanço significativo nas investigações e na coleta de provas que seriam inacessíveis por outros meios.

Contudo, a pesquisa também revelou que a implementação dessa técnica ainda enfrenta desafios, como a vulnerabilidade dos agentes infiltrados e a necessidade de um maior controle sobre os direitos dos mesmos durante as operações. A análise de casos práticos e comparações com a literatura indicam que, embora a infiltração seja eficiente, existem limitações legais e operacionais que precisam ser abordadas para garantir sua plena efetividade.

Embora os resultados apontem para o sucesso da infiltração em diversas situações, a generalização das conclusões deve ser feita com cautela, uma vez que a eficácia dessa prática pode variar dependendo do contexto e das especificidades dos casos investigados. A pesquisa foi realizada com um foco específico em operações contra o tráfico de drogas e, portanto, as conclusões são aplicáveis à realidade observada nesse segmento.

Em síntese, a infiltração policial se revela como um mecanismo essencial na luta contra organizações criminosas, sendo fundamental para o avanço das investigações no Brasil. Contudo, a pesquisa sugere que, para que seja

totalmente eficaz, é necessário aprimorar a legislação, as práticas operacionais e as condições de segurança dos agentes infiltrados. A evolução da Lei nº 12.850/2013 e sua aplicação mais rigorosa podem garantir que essa ferramenta continue a ser uma aliada valiosa no enfrentamento do crime organizado.

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Dispõe sobre o combate às organizações criminosas e regulamenta a infiltração policial. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organizações Criminosas: Comentários à Lei 12.850/2013**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MENDRONI, Marcelo. **Criminalidade Organizada e Lavagem de Dinheiro**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

## **Fomento**

Este trabalho contou com o apoio da Universidade UNA, que proporcionou os recursos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa foi realizada com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as técnicas de infiltração policial no combate ao tráfico de drogas, em conformidade com as diretrizes da Lei 12.850/2013, e visa contribuir para o aprimoramento das práticas jurídicas e policiais no Brasil. Agradecemos pela oportunidade e pelo financiamento que possibilitou a execução deste estudo.

